

Renda básica ajuda Brasil a erradicar pobreza, diz Suplicy

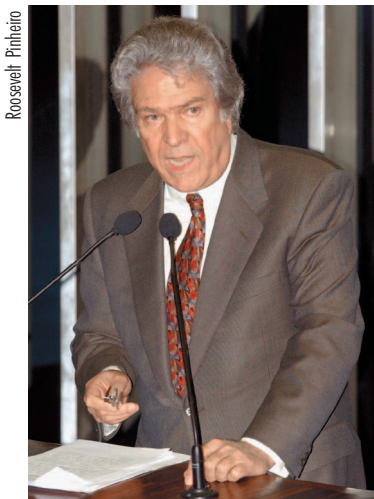
Autor do projeto sancionado pelo presidente da República, senador destaca que programa beneficiará toda a população brasileira até 2008. Iniciativa será implantada gradualmente a partir do ano que vem



APOIO O professor Philippe Van Parijs (E) concorda com a generalização dos benefícios, proposta por Suplicy e transformada em lei

O programa Renda Básica de Cidadania garante a cada família brasileira um benefício mensal, cujo valor será definido pelo governo dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e das possibilidades de caixa do Tesouro. A quantia deverá ser igual para todos e isenta do Imposto de Renda. Ao sancionar o projeto, o presidente Lula elogiou a persistência de Suplicy, que “lutou tanto” para ver a iniciativa aprovada. Conforme Suplicy, “todos temos o direito de ser sócios do Brasil”. O fundador da Rede Européia da Renda Básica, economista Philippe Van Parijs, defende a generalização dos benefícios.

Página 3



NEGOCIAÇÃO Hélio Costa, um dos integrantes da missão, busca liberdade para brasileiros

Brasileiros presos nos EUA podem voltar esta semana

Os senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa, integrantes da missão parlamentar que negocia a repatriação de 922 brasileiros presos quando tentavam entrar ilegalmente nos Estados Unidos, devem retornar ao Brasil esta semana, juntamente com o primeiro grupo a conquistar a liberdade.

Página 4



RELATO Marcelo Crivella afirma que presos, que são pessoas de bem, vivem situação dramática

PPA deve ser votado na convocação

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Amir Lando, afirma que o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007 tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e promover a inclusão social.

Página 2

Rumos da economia em debate

A valorização recorde do principal título da dívida pública brasileira demonstra confiança na política econômica, avalia o senador Ney Suassuna, enquanto Roberto Saturnino prevê desenvolvimento mais vigoroso a partir de 2005. Já Lúcia Vânia atribui o crescimento do desemprego no ano passado à queda lenta na taxa de juros e ao aumento do superávit primário

LÚCIA VÂNIA

Conservadorismo provoca aumento do desemprego

Márcia Koblum



A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) atribuiu o terceiro lugar em desemprego que o Brasil ocupou na América Latina à retração econômica, à queda excessivamente lenta nas taxas de juros e ao aumento do superávit primário. Segundo afirmou a senadora, a taxa de desemprego no ano passado saltou de 12% para 12,4%, deixando o Brasil atrás apenas da Venezuela (18,9%) e do Uruguai (17,4%).

Com base em pesquisa divulgada recentemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Lúcia Vânia disse, em entrevista à Rádio Senado, que o aumento do desemprego é resultado da atual política econômica "conservadora" do governo, que provocou um aperto não desejado nas finanças públicas, "extremamente danoso para o país".

O estudo da OIT, acrescentou a senadora, prevê para 2004 a retomada do crescimento econômico e o aumento do número de empregados em toda a América Latina. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lúcia Vânia observou que o "conservadorismo" do governo também foi responsável pela demora na implementação de programas sociais, fator que teria contribuído ainda mais para a retração econômica.

O estudo da OIT, acrescentou a senadora, prevê para 2004 a retomada do crescimento econômico e o aumento do número de empregados em toda a América Latina. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lúcia Vânia observou que o "conservadorismo" do governo também foi responsável pela demora na implementação de programas sociais, fator que teria contribuído ainda mais para a retração econômica.

ROBERTO SATURNINO

Crescimento mais acelerado virá no próximo ano

Célio Azevedo



O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), relator do Plano Plurianual 2004-2007 e membro da Comissão Mista de Orçamento, afirmou em entrevista à Rádio Senado que haverá crescimento da economia neste ano, mas ressaltou que somente em

2005 o país experimentará um ritmo mais acelerado de desenvolvimento. "Vai haver uma ampliação do gasto público, e isso vai gerar desenvolvimento, sim, mas não numa escala que nós temos que atingir, não na escala da grande expectativa nacional, que será preenchida a partir de 2005", previu.

Para o senador, as expectativas otimistas quanto a 2004 devem ser encaradas com prudência, porque ainda continua o aperto nas finanças públicas. Embora a redução dos juros vá fazer com que restem mais recursos em caixa, permitindo algum crescimento, Saturnino disse que isso ainda não permitirá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprir de imediato as promessas de campanha de criar 10 milhões de postos de trabalho.

Segundo Saturnino, os números do orçamento deste ano mostram que permanece o índice de 4,25% para o superávit primário, mas somente taxas superiores a 5% ao ano podem gerar empregos em grande quantidade.

NEY SUASSUNA

Valorização de títulos é bom sinal para a economia

Célio Azevedo



O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a valorização dos C-Bonds, principal título da dívida pública brasileira, que na semana passada foi cotado acima do valor de face pela primeira vez em 20 anos, é um bom sinal para a economia brasileira.

– É uma demonstração de que volta a confiança na economia brasileira e nas ações que o governo está executando para fazer o Brasil se confirmar como uma economia saudável – afirmou o senador em entrevista à Rádio Senado.

Os C-Bonds foram emitidos em 1994 com validade de 20 anos, como parte do programa de reestruturação da dívida externa brasileira, visando dar ao país acesso a empréstimos no mercado financeiro internacional. Ney Suassuna acha que o governo poderá tirar proveito da situação, exercendo a opção de recompra dos títulos prevista no contrato de emissão dos papéis.

– Comprar um pouco desses títulos seria uma vantagem. É uma outra sinalização forte de que estamos com a economia estável e temos a possibilidade de fazer com que uma parte da dívida seja amortizada – destacou Ney Suassuna, que é presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.



Waldemir Rodrigues

PARTICIPAÇÃO Amir Lando resalta que sociedade pôde dizer o que deseja para o país

Lando: PPA deve ser votado na convocação

O líder do governo no Congresso Nacional, Amir Lando (PMDB-RO), enalteceu o caráter participativo e social do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007, elaborado pela equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador informou que a matéria deverá ser votada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados durante o período de convocação extraordinária do Legislativo, que terá início neste mês.

Na avaliação de Amir Lando, o PPA, que traça as metas para investimentos do governo nos próximos quatro anos, tem por objetivo diminuir as desigualdades regionais e promover a inclusão social. Ainda segundo o senador, o PPA abre caminho para o crescimento econômico e geração de emprego e renda.

– A elaboração do PPA foi marcada pela realização de um grande debate nacional. Foram realizadas 27 audiências públicas em todo o país, nas quais os segmentos de opinião pública puderam se manifestar no sentido de dizer o que querem para o Brasil – disse Amir Lando em entrevista à repórter Márcia Torelly, da Rádio Senado.

O PPA, que está sendo relatado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), estabelece 16 áreas de desenvolvimento nas quais deverão ser priorizados os investimentos governamentais. Em cada uma delas, há metas a serem alcançadas. Na educação, por exemplo, o governo quer erradicar o analfabetismo até 2007 e matricular todas as crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental.

Os investimentos em geração e transmissão de energia são o principal foco do PPA, com gastos de R\$ 162 bilhões.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Suplicy: renda básica beneficiará todos os brasileiros até 2008

Projeto do senador, sancionado pelo presidente da República, deve substituir Bolsa Família

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) calcula que o programa Renda Básica de Cidadania, sancionado na quinta-feira (8) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deverá beneficiar toda a população em 2008. O programa, que garante a cada família brasileira uma renda básica mensal, começa a ser implantado no ano que vem e

atenderá primeiramente as camadas mais pobres da população que não têm meios para o sustento próprio e de suas famílias.

– Trata-se de um direito de todos sermos “sócios” do Brasil. Um direito que vem de gerações para gerações pelo esforço de todos de terem contribuído para a riqueza acumulada de nosso país e que agora, por este método, será distribuída a todos indistintamente – afirmou Eduardo Suplicy ao repórter Jefferson Dalmoro, da Rádio Senado.

De acordo com as metas do Renda Básica da Cidadania, os

benefícios serão estendidos a todos os brasileiros e também aos estrangeiros que residem no Brasil há mais de cinco anos. Esse programa, segundo explicou o senador, vai substituir o programa Bolsa Família, criado no ano passado e que unificou os projetos sociais que existiam nessa área até então. O programa sancionado pelo presidente da República, afirmou Suplicy, é um importante passo para erradicar a pobreza no Brasil.

A renda básica deverá suprir as necessidades dos brasileiros com saúde, alimentação e educação, conforme o projeto. A nova lei será implantada gradu-

almente pelo Executivo e os recursos previstos deverão constar do orçamento da União. O valor que cada família receberá ainda será definido pelo governo, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e das possibilidades do caixa do Tesouro. Mas a quantia deverá ser igual para todos e isenta do Imposto de Renda.

Para Eduardo Suplicy, se o programa fosse implementado hoje deveria conceder cerca de R\$ 40 por mês para cada família. Ao final do ano, representaria 5% do Produto Interno Bruto (PIB), que em 2003 foi de R\$ 1,5 trilhão.



SEM CASTIGO Philippe Van Parijs defende generalização de benefícios

Especialista vê vantagem no programa

O problema central de todos os programas dirigidos às populações de baixa renda é o risco de dependência dos beneficiários em relação a essas iniciativas. O assunto é analisado pelo economista Philippe Van Parijs, especialista no assunto e fundador da Rede Européia da Renda Básica.

– Quando existe um sistema de benefícios limitado aos pobres, a partir de um certo nível de renda, há uma tendência sistemática de ter algum tipo de dependência permanente de assistência social – afirmou Parijs à Agência Brasil.

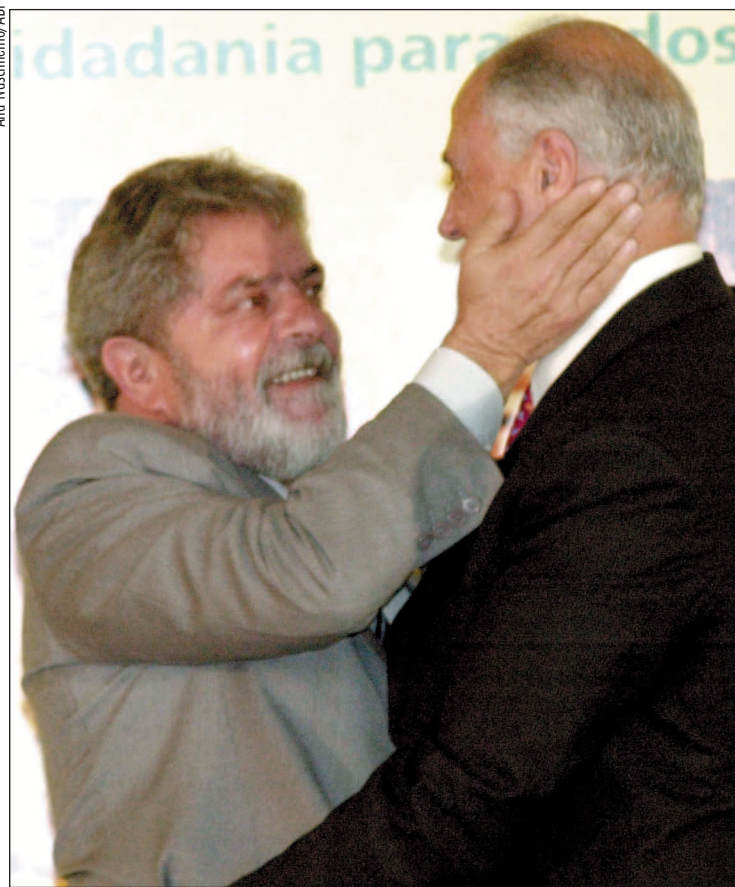
Por essa razão, o especialista sugere um tipo de generalização dos benefícios, a exemplo da Renda Básica de Cidadania. Parijs nota que, na situação do país antes desse programa, há uma espécie de castigo para as pessoas que encontram trabalho com salário inicial baixo. “É como se dissesse: ‘Bravo! Agora, você tem trabalho com remuneração por seu esforço; então, devolva o benefício’”.

Lula destaca a persistência do senador para aprovar proposta

Ao sancionar na quinta-feira a Lei de Renda Básica de Cidadania, o presidente Lula fez elogios à persistência do senador Suplicy, “que lutou tanto” para ver a iniciativa aprovada, e pediu compreensão, porque a lei é como se o governo estivesse fazendo um barco. “Essa lei só vai se transformar num barco completo quando nós colocarmos esse barco no mar. Não faltarão aqueles que irão cobrar já, no mês que vem, a aplicação da lei. Todos nós temos que trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo da política social que nós queremos implementar no Brasil. A conquista da cidadania pelos seres humanos se dará no dia em que todos puderem viver às custas de um trabalho digno e de uma remuneração justa. Enquanto isso não for possível, o Estado terá que

criar instrumentos para garantir, àqueles que não tiveram chance, a oportunidade de sobreviver, decente e dignamente”, afirmou.

O senador Eduardo Suplicy, bastante emocionado, chegou a chorar durante o discurso que pronunciou. Ele explicou que a Lei de Renda Básica não fará distinção entre ricos e pobres e a previsão é de que, se forem destinados os recursos necessários para que a lei seja aplicada, em 2008 nenhum brasileiro ficará sem uma renda mínima para viver. “Se nós destinarmos recursos suficientes para todos terem isso, significa que os mais ricos estão colaborando mais para que todos, inclusive eles, venham a receber. Essa lei será uma maneira de nós estarmos atingindo todos os pobres indistintamente”, destacou Suplicy.



RECONHECIMENTO No Planalto, Lula cumprimenta Suplicy e pede esforço de todos para transformar a lei em realidade

Projeto de Alvaro sobre salário-educação é sancionado

A nova lei do salário-educação, iniciativa do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que aumenta os recursos a serem repassados às escolas do ensino fundamental, eliminando a burocracia na transferência dessas verbas, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De agora em diante, os recursos do salário-educação serão repassados pela União diretamente aos municípios, sem

a intermediação dos governos estaduais.

A transferência direta desses recursos era uma reivindicação freqüente dos prefeitos, pois o dinheiro encaminhado aos estados demorava muito para ser repassado aos municípios, havendo casos em que ele nem sequer chegava ao destino. Na apresentação do projeto, Alvaro Dias partiu do princípio de que as prefeituras bancam o

ensino fundamental, por isso não podiam ficar à mercê dos estados para receber o que lhes era devido.

– Agora, com a nova lei, o dinheiro sai direto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o caixa das prefeituras – comemorou o senador, ao saber da sanção do projeto pelo presidente.

Uma das principais consequências da nova lei é o au-

mento do dinheiro para o salário-educação. Conforme Alvaro Dias, 90% do salário-educação arrecadados pela União agora vão para os estados e municípios, quando anteriormente só 50% eram repassados. A nova lei cria um fundo específico do município, acaba com a retenção e estabelece que a distribuição seja feita de acordo com o número de matrículas no ensino fundamental.



SEM BUROCRACIA Iniciativa de Alvaro Dias garante repasse direto de recursos a municípios



BENEFÍCIOS Paim destaca prioridade para casa própria e acesso ao Judiciário

Paim prevê melhoria da situação do idoso

Em vigor desde o dia 1º, o Estatuto do Idoso “é uma conquista da cidadania”, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente do Senado e autor do projeto que estabelece direitos para os idosos.

– É um momento ímpar, pois nosso país, infelizmente, não tinha um tratamento adequado para aquilo que muitos chamam de melhor idade. Não importa se o nome

é melhor idade ou terceira idade ou ainda velhice, o importante é que nós temos agora um instrumento tão forte e tão contundente como o Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir a cidadania plena dos idosos.

Entre os benefícios estabelecidos, Paulo Paim destacou a prioridade na compra da casa própria e no acesso à Justiça. A nova lei determina ain-

da que os planos de saúde não podem cobrar mensalidades mais caras do que dos mais jovens, e garante gratuidade para acesso aos transportes públicos e eventos culturais.

Ainda segundo o estatuto, qualquer crime cometido contra maiores de 60 anos passa a ser agravado com o aumento da pena estabelecida para crimes comuns.



APOIO Serys quer a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas

Senadores defendem a reforma política

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que a reforma política deveria ser um dos temas prioritários do Congresso em 2004, apesar de o calendário eleitoral marcar para este ano as eleições municipais.

– Acho até que já deveríamos ter cuidado do assunto em 2003. Acredito que o governo enviará uma proposta sobre o tema – afirmou a parlamentar, que defende o financiamento público de campanhas e a fidelidade partidária.

Já o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) não crê que temas polêmicos, como financiamento público de campanhas, sejam aprovados.

– Financiamento público de campanhas é um assunto que enfrentará muita rejeição. Um país com problemas permanentes na economia e com dificuldades fiscais usar dinheiro público em campanhas eleitorais não será uma coisa bem aceita pelo eleitor – observou Papaléo Paes.

A proposta de reforma política que chegará ao Senado, aprovada pela Câmara dos Deputados em 2003, estabelece o financiamento público de campanhas e o sistema de listas fechadas para as eleições proporcionais. Por esse sistema, o eleitor, em vez de eleger nominalmente os candidatos, vota no partido, que apresenta previamente uma lista de representantes que irão assumir os mandatos. O número de representantes eleitos variará de acordo com a votação proporcional obtida por cada coligação ou agremiação partidária.

A maior parte dos temas aprovados no relatório do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) já foi aprovada também no Senado há mais de cinco anos, como resultado do trabalho de uma comissão que foi presidida pelos então senadores Humberto Lucena e Sérgio Machado.

Volta de brasileiros presos nos EUA começa nesta semana, diz Crivella

Senador afirma que detidos por imigração ilegal “são pessoas de bem, que não cometeram crime”

O primeiro grupo de brasileiros presos nos Estados Unidos por imigração ilegal deve voltar ao país já nesta semana, afirmou o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), em entrevista por telefone à Agência Senado. O parlamentar disse que eles não virão algemados.

Crivella informou ainda que ele, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) e o deputado João Magno (PT-MG) – integrantes da missão parlamentar que negocia nos EUA a repatriação dos 922 brasileiros detidos – devem retornar ao país juntamente com o primeiro grupo.

De acordo com o senador, o governo norte-americano iniciou o processo de licitação destinado a fretar o avião para esse transporte. “Assim que isso estiver resolvido, embarcaremos. O avião vai aterrissar pri-



Fotos: Roosevelt Pinheiro



ESFORÇO Crivella e Hélio Costa integram a missão parlamentar que está negociando a repatriação com o governo norte-americano

meiro no aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, porque 60% deles são mineiros. Depois, seguirá para Goiânia, de onde procedem os restantes.”

Situação dramática

Marcelo Crivella afirmou que a expectativa da missão parlamentar é a de que, de duas em duas semanas, parta um avião trazendo brasileiros. O senador concedeu a entrevista quando acabava de visitar uma prisão em Florence, no Arizona, onde estão presos 300 brasileiros.

– A situação é dramática, as histórias que eles contam são comoventes, de forma que eu nem vou voltar agora, como pretendia. Vou ficar aqui, pressionando, negociando com as autoridades americanas para resolver o mais rapidamente possível esse problema.

De acordo com Marcelo Crivella, Hélio Costa já concluiu negociação com o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e o Itamaraty informou aos consulados brasileiros nos EUA

que o Brasil aceita a volta desses migrantes em aviões especiais. Ele também disse que o oficial do Department of Homeland Security, que acompanha a missão brasileira, tomou providências para a licitação do avião.

Segundo o parlamentar, os brasileiros presos se queixam de desconforto, frio, escassez de alimentos e do constrangimento de terem que andar algemados quando precisam ir ao banheiro.

– É muita humilhação. São pessoas de bem, que não cometeram nenhum crime, mas que caíram na esparrela da aventura de ir para a terra prometida.

O senador assinalou que os migrantes foram presos no deserto depois de uma longa caminhada em que enfrentaram sede e fome, subindo montanhas, porque tinham que andar o mais longe possível das rodovias.

– Chegaram aqui famintos, cansadíssimos, e estão num estado psicológico muito abatido – descreveu.

Romero Jucá aplaude atuação da Abrinq

O trabalho desenvolvido pela Fundação Abrinq em defesa dos direitos da criança e do adolescente foi aplaudido pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo ele, em 13 anos de atividades, a instituição já atendeu mais de um milhão de carentes.

Jucá explicou que a visão estratégica da fundação, mantida pelos fabricantes de brinquedo, volta-se para a mobilização e

articulação da sociedade e do poder público, com o objetivo de transformar a criança e o adolescente em prioridade absoluta na agenda nacional. Nesse sentido, foram credenciadas, somente durante o ano de 2002, mais de 580 empresas, na condição de Empresas Amigas da Criança, que investiram R\$ 120 milhões em projetos de atendimento a carentes.

O senador afirmou que, no

ano passado, a entidade “atuou fortemente em favor da reformulação do sistema de atendimento a adolescentes autores de atos infracionais”.

A Fundação Abrinq posiciona-se contra a redução da maioridade penal, tendo conseguido o apoio de vários parlamentares, inclusive do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo (PT-SP), acrescentou Romero Jucá.



POSIÇÃO Romero Jucá lembra campanha da entidade contra a redução da maioridade